

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CEDCA/PE  
ATA DA 284ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**

**Realizada em 01 de dezembro de 2011**

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e onze, às quatorze horas, na Rua Correia de Araújo, número noventa e três, no bairro das Graças – Recife/PE é realizada ducentésima octogésima quarta Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: Maria de Fátima Menezes da Silva, titular do Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi; Maria Madalena Peres Fucks, titular da Cidade Evangélica dos Órfãos - CEO; Josenildo André Barboza do Nascimento, suplente do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Serra Talhada – CEDDECOMST; Gênova Maria Silva, titular da Associação Santa Clara; Maria de Lourdes Vianna Vinokur, titular da Associação Portadores de Direitos Especiais – PODE; Rosa Barros, titular do Gabinete do Governador; Danielle de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; Evanilson Alves de Sá, suplente da Secretaria de Educação; Almeri Bezerra de Mello, titular da Secretaria da Criança e da Juventude; José Fernando da Silva, suplente da Secretaria da Criança e da Juventude; Ana Lúcia Gusmão Brindeiro, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Daniel Ferreira de Lima Filho, suplente da Secretaria de Defesa Social; Também se registra a presença da diretora executiva Ana Célia Cabral de Farias e dos técnicos do CEDCA/PE: Michele Garrido, Lúcia Estevam, Luciana Feitosa, Luciano Pinheiro, Ana Elisabeth Harle de Castro e Eliane Mamede. A plenária é coordenada pela presidente, Madalena Fucks que submete à Plenária a aprovação da pauta. Após aprovação, a presidente inicia a discussão sobre o **Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA**, convidando a representante da Secretaria da Criança e da Juventude, Tereza Neuman, que após uma rodada de apresentação, faz uma breve explanação: Quadro Geral Sipi Conselho Tutelar Web - Pernambuco; Municípios que alimentam o SIPIA CT Web e a Situação entrega de Kits de Informática. A mesma explica que 84 conselhos tutelares de 77 municípios foram capacitados; Que 16 conselhos tutelares foram monitorados; Que 27 conselhos tutelares de 22 municípios alimentam o Sistema; Que 157 conselhos tutelares de 140 municípios têm internet; 20 municípios não têm internet e 25 municípios não deram informação. Apresenta os nomes dos municípios que alimentam o SIPIA Web (Afogados da Ingazeira, Jaboatão dos Guararapes, Moreilândia; Orocó; Rio Formoso; Amaraji, Belém de Maria, Belém do São Francisco, Bom Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Cabrobó, Camaragibe, Custódia, Garanhuns, Gravatá, Jaboatão dos Guararapes, Moreilândia, Orocó, Rio Formoso, Santa Maria da Boa Vista, São Bento do Uma, São João, São José do Egito, Sertânia, Tabira, Taquaritinga do Norte). Sobre os Kits de informática a mesma explica que 55 conselhos tutelares de 55 municípios do Sertão receberam o Kit, faltando 04 (Dormentes, Parnamirim, São José do Belmonte e Santa Filomena); No Agreste 63 conselhos tutelares de 62 municípios receberam, ficando (Brejão, Cachoeirinha, Frei Miguelinho, Pannels, Salóá, Vertente do Lério); Na Zona da Mata, foram entregues para 42 conselhos tutelares de 42 municípios, faltando apenas o município de Amaraji e na Região Metropolitana do Recife – RMR, 22 Conselhos Tutelares de 12 municípios, faltando Ipojuca (03), Paulista – Paratibe, Fernando de Noronha e Recife (08). Após diversas discussões

sobre o assunto feito pelos conselheiros como a falta de adesão de alguns municípios para a utilização do SIPIA, o conselheiro José Fernando da Silva explica que a decisão pela doação dos 203 kits de informática feita pelo governo aos municípios ocorreu devido a falta de computadores. Explica ainda que a Secretaria da Criança e da Juventude irá enviar cópia de cada termo de cessão do Kit para Prefeitura e também Ministério Público a fim de que chamem a responsabilidade dos conselheiros tutelares para a utilização do Sistema. Em seguida a presidente agradece a participação da representante da Secretaria Tereza Neuman e passa para outro ponto: **Programa para Assistência Jurídica e Psicossocial a Gestantes - Programa Acolher** que foi apresentado ao CEDCA/PE, durante a 281ª Assembleia Ordinária, realizada no dia 01 de setembro de 2011, por representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A presidente, Madalena Fucks, explica que esteve dialogando com o desembargador e coordenador da Coordenaria da Infância e Juventude do Estado de Pernambuco, Luiz Carlos Figueiredo. E que o mesmo apresentou as competências de cada órgão convidado a fazer parte do Grupo Gestor do Programa. Além disso, informa a coordenação não ficará sob a responsabilidade do Poder Judiciário, mas que faria parte do grupo gestor. Após algumas considerações, a Plenária delibera que os conselheiros Evanilson Alves de Sá, Madalena Fucks, Luordes Vinokur, e Gênova Silva que representem o CEDCA/PE no grupo gestor. Em seguida, a presidente explica que recebeu uma denúncia sobre o mandato do **Conselho Tutelar do município de Vitória Santo Antão**, para que não haja prorrogação. Após considerações, a Plenária delibera que seja encaminhado ofício solicitando a ação do Ministério Público no município. Dando prosseguimento, inicia a discussão sobre o **Monitoramento dos projetos financiados com recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA**, convidando a técnica Michele Garrido. Inicialmente, as metas do monitoramento: 100% dos projetos monitorados; elaboração de instrumental de monitoramento, instrumental de avaliação, elaboração de 06 relatórios de avaliação e publicização dos resultados alcançados pelos distintos projetos. Destaca a construção coletiva do Instrumental de monitoramento a partir de textos técnicos pesquisados. Explica que estão sendo monitorados 08 projetos referentes a Resolução nº 19/2007 e 58 projetos financiados a partir da Resolução nº30/2010, cujo conveniamento se deu no ano corrente. Sobre o instrumental de monitoramento destaca que foram incluídos aspectos referentes à instituição executora e também do público atendido, apreensão do conteúdo metodológico e político dos projetos executados; conhecimento das condições físicas das instituições executoras, bem como sua articulação com as demais entidades que constituem o Sistema de Garantia de Direitos. Após a apresentação, os conselheiros propõem a equipe técnica de monitoramento que identifiquem se dentro dos projetos avaliados existe financiamento do Programa Vida Nova (do Governo do Estado); que seja verificado se o instrumental contempla, se nos programas de Liberdade Assistida há reincidência de adolescentes e quantos estão em progressão de medida. Em seguida, é iniciado **Relato das Câmaras Temáticas**: Os conselheiros deliberam que os projetos sejam avaliados por uma comissão externa. **Informes**: A presidente informa que a Reunião de Planejamento e Avaliação será realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2011, no Recife Park Hotel. Em seguida, a presidente agradece a presença de todos, encerrando a Assembléia às 17:0h. (dezessete horas e vinte minutos). Para constar, esta Ata foi lida, aprovada e assinada pela Presidente.

**Maria Madalena Peres Fucks**